Jornal Anasps

Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social

ANO 27 - Nº 122

CLUBE ANASPS

Como o aumento de empresas nacionais mudou o rumo do Clube

PÁG. 21

FACULDADE ANASPS

Vem aí o vestibular 2023.1 da Faculdade Anasps para Pedagogia e Gestão Pública

PÁG. 19

SERVIDOR

Balanço: como os governos federais dos últimos anos veem os servidores

PÁG. 10

ENTREVISTA

Senador convida presidente do INSS para falar sobre as filas de espera da autarquia

PÁG. 08

SIGA-NOS NAS

Mídias Sociais

FACEBOOK: /anaspsbrasil

WHATSAPP: (61) 3322-4807

TWITTER: @anaspsbrasil

INSTAGRAM: @anaspsbrasil

YOUTUBE: /AnaspsDF

Anasps
Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Alexandre Barreto Lisboa (RJ)
Vice-Presidente Executivo
Paulo César Régis de Souza (SC)
Vice-Presidente de Política de Classe
Consuelo Lopes Padrão (RJ)
Suplente
Circe Noeli Severo (RS)
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas
Elzuíla da Silva Ferreira (PI)
Suplente
Francisco das Chagas Camara Rayol
Vice-Presidente de Administração Financeira
Elienai Ramos Coelho (DF)
Suplente
Suzana Esteves Ramos (DF)
Vice-Presidente de Patrimônio
Verônica Maria Monteiro Rocha (RJ)
Suplente
Manoel Ricardo Palmeira Lessa (RJ)
Vice-Presidente de Relações Parlamentares
Joaquim José de Carvalho (CE)
Suplente
José Gonçalves Campos (AM)
Vice-Presidente de Assuntos Juridicos
Luiz Augusto do Espírito Santo (GO)
Suplente
Djair da Silva Pinto Filho (PB)
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais
José Luiz Francisco (SP)
Suplente
Rusemberg de Lima Costa (AC)
Vice-Presidente de Cultura e Lazer
José Julio Martins de Queiroz (BA)
Suplente
Maria Leide Câmara de Oliveira (RN)
Conselho Fiscal
Presidente
Márcia Regina Horta Piva (SP)
Membros
Elizabeth Custódio (DF)
Justina Conche Farina (MS)
Suplentes
Ana Cristina Evangelista (DF)
Marília Luzia Martins Dias (PR)
João Ricardo Arcoverde Moraes (DF)

EXPEDIENTE

Jornal Anasps
Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social
www.anasps.org.br / anasps@anasps.org.br

Editado pela Assessoria de Comunicação da ANASPS
Jornalista Responsável:
Paulo César Régis de Souza

Comunicação Anasps
Byanca Magalhães Guariz
Vitória Morgan Pajolla
Jonathan Luiz de Oliveira Souza
Isabela dos Santos Lourenço
Giovanna Coelho Batista
Felipe Sousa
Mariana Carvalho
Natália Freitas

Projeto Gráfico e Editoração:
Wagner Alves
Tiragem:
50.000 exemplares

DIRETORIAS ESTADUAIS

ACRE - Rusemberg de Lima Costa
Avenida Getúlio Vargas, 1273, 6° andar Bosque Rio Branco - AC - 69908-650 - Tel: (68) 2106-5192 Fax: (68) 3224-6479 / anasps.ac@gmail.com

ALAGOAS - Edileide Sales de Oliveira Santos
Rua Zacarias de Azevedo 399 Ed. Trade Center 2° andar salas 212/214 / Maceió - AL 57020-470 Tel: (82) 3326-9036 Fax: (82) 3326-0076 anasps-al@anasps.org.br

AMAZONAS - José Gonçalves Campos
Rua 24 de maio, 220 9° andar sala 901, Ed. Rio Negro Center -Centro Manaus - AM 69010-080 Tel: (92) 3233-7731 / Fax: (92) 3234-0361 anasps.amazonas@gmail.com

BAHIA - Iraildes Beirão Araujo
Av. Estados Unidos 258, Ed. Cidade de Aracaju Salas 1001 / 1004 Comércio Salvador - BA
CEP: 40.010-020 Telefax: (71) 3326-7648
anasps-ba@anasps.org.br

CEARÁ - Joaquim José de Carvalho
Rua Pedro Borges 75 Ed. Seguradora Brasileira 9° andar Salas 901/903 Centro Fortaleza CE 60055-110
Tel: (85) 3226-0892 Fax: (85) 3221-1238
anasps-ce@anasps.org.br

DISTRITO FEDERAL - Elienai Ramos Coelho
SCS Quadra 03 Bloco A, Loja 74/78, Ed. ANASPS Brasília - DF - 70303-000 - Tel: (61) 3321-5651/ whatsapp (61) 3322-4807 anasps@anasps.org.br

ESPÍRITO SANTO - José Carlos Welff
Rua José Alexandre Buaiz, 190 Ed. Master Tower - Sala 1604 Enseada do Suá Vitória - ES 29050-918
Tel: (27) 3345-6525 Fax: (27) 3345-6668
anasps-es@anasps.org.br

GOIÁS - Marlene Nogueira Viscal Rocha
Avenida Anhanguera, 5674 Ed. Palácio do Comércio - 13° andar - Sala 1303 Centro Goiânia - GO 74643-010
Telefax: (62) 3223- 4527 anasps-go@anasps.org.br

MARANHÃO - Eliane dos Santos Marques
Rua Juno Lote 05 Qd 22 Loteamento Boa Vista Ed. Manhattan Center, sala 408, Renascença, São Luís - MA 65075-740 Tel: (98) 3232-1291 Fax: (98) 3232-5410
anasps-ma@anasps.org.br

MATO GROSSO - Clea Lúcia de Amorim Silva
Rua Batista da Neves, 22 Ed. Comodoro 6° andar sala 603 Centro Norte Cuiabá - MT 78005-600 Tel/Fax: (65) 3623-8986 anasps-mt@anasps.org.br

MATO GROSSO DO SUL - Justina Conche Farina
Rua 26 de agosto, 384 14° andar - Sl. 142/148 Centro Campo Grande - MS 79002-913 Tel: (67) 3383-5296 Fax: (67) 3324-7375 anasps-ms@anasps.org.br

MINAS GERAIS - Maria Alice Rocha Silva
Rua Espírito Santo, 466 Ed. Hércules - Salas 1606/1608 Centro Belo Horizonte - MG 30160-030 Tel: (31) 3213-8120 Fax: (31) 3222-3384 anasps-mg@anasps.org.br

PARÁ - Maria Sodrelina das Neves Monteiro
Avenida Nazaré 272, Ed. Clube de Engenharia 8° andar - Sala 806, Nazaré, Belém - PA 66.035-170
Tel: (91) 3349-4693 anasps-pa@anasps.org.br

PARAÍBA - Djair da Silva Pinto Filho
Av Senador Ruy Carneiro, 300 Sala 607 Empresarial Trade Office Center Miramar – João Pessoa/PB
CEP: 58010-810 | Telefax: (83) 3221-7123
anasps-pb@anasps.org.br

PARANÁ - Marília Luzia Martins Dias
Rua Marechal Deodoro, 252 9° andar - Conj. 901 Centro Curitiba - PR 80010-010 Telefax: (41) 3039-1062
anasps-pr@anasps.org.br

PERNAMBUCO - Noé de Paula Ramos Júnior
Av. Visconde de Suassuna n° 305 - Santo Amaro Recife - PE - 50.050-540 - (81) 3221-4894
anasps-pe@anasps.org.br

PIAUÍ - Maria de Fátima S. Magalhães
Av. Raul Lopes, 880 S/N Centro Empresarial Poty Premier, Salas 201/202 Joquei Clube Teresina – PI
CEP: 64.048-065 Telefax: (86) 3221-4058
anasps-pi@anasps.org.br

RIO DE JANEIRO - Manoel Ricardo Palmeira Lessa
Avenida Presidente Vargas 509, 8° andar - Centro Rio de Janeiro - RJ 20.071-003 Tel: (21) 2508-7446
Fax: (21) 2252-6159
anasps-rj@anasps.org.br

RIO GRANDE DO NORTE - Maria Leide Câmara de Oliveira
Rua Almirante Ary Parreiras, 1402 Alecrim Natal - RN 59040-220 Tel: (84) 3213-1344/99658-7980
anasps-rn@anasps.org.br

RIO GRANDE DO SUL - Circe Noeli Severo
Rua dos Andradas, 1234 Sala 1106 Bloco A - Centro Porto Alegre - RS 90.020-008 Tel: (51) 3225-9611
anasps-rs@anasps.org.br

RONDÔNIA - Maria das Graças L. V. Galvão
Avenida 07 de setembro, 1071/1083, Sala 21 da Galeria Central - 1° andar - Centro - Porto Velho - RO 76801-028 Telefax: (69) 3223-7990
anasps-ro@anasps.org.br

RORAIMA - Leonilza Lucena Possebon Ribeiro
Av. Glaicon de Paiva, 132 – Centro Boa Vista – RR – 69301-250 anasps-rr@anasps.org.br
Tel: (95) 9812-3365

SANTA CATARINA - Paulo Cezar Rios
Avenida Rio Branco, 533 – Sala 502 Florianópolis – SC.
CEP: 88015-201 Telefone: (48) 3223-6813
anasps-sc@anasps.org.br

SÃO PAULO - Maria de Fátima Rocha Lins Mazzari
Rua 24 de maio, 35 12° andar - Salas 1201/1202 São Paulo - SP 01041-001
Tel: (11) 3222-4736 Fax: (11) 3221-1680
anasps-sp@anasps.org.br

SERGIPE - Antônio Roberto de Melo
Rua Maruim, 983 Centro Aracaju - SE
CEP: 49.010-160 Tel: (79) 3214-0110
anasps-se@anasps.org.br

TOCANTINS - Silvano Coelho Lira
403 Sul, Avenida LO 09, Lote 17 – Sala 06
Plano Diretor Sul – Palmas-TO – CEP 77015-594
Telefax: (63) 3215 – 5720
anasps-to@anasps.org.br

Sede própria

SCS Qd 03 Bl. A Loja 74/78 Edifício Anasps Brasília - DF
Cep.: 70303-000 Tel: (61) 3321-5651
whatsapp - (61) 3322-4807

Feliz ano novo?

Por Paulo César Régis de Souza

Assim terminará mais um ano e iniciará um novo ano.

Mas será que poderemos chamar de ano novo, quando sabemos que provavelmente nada vai mudar, que a política de governo será a mesma, sem projetos de futuro principalmente na área de educação, quando os países mais evoluídos investem mais recursos, e buscam nos países em desenvolvimento ou mais pobres os jovens que se destacam nas diversas áreas do conhecimento científico, tecnológico, os futuros cientistas? Praticam desavergonhadamente um novo tipo de colonialismo!

Pregam a países como o Brasil que o melhor é ser somente o celeiro do mundo, que o agronegócio vai transformá-lo em primeiro mundo por participarem do G20, porque a China e os Estados Unidos compram toda soja, milho, frango, porco, gado, minério, madeira, etc. Seremos eternamente o quintal do americano, do europeu e agora do chinês?

Enquanto não investirmos na educação, somente o agronegócio será superavitário.

Só que o agronegócio tem em sua maioria mão de obra barata e crédito daqui à custa da pobreza e da miséria e de fora.

O agro não paga Previdência desde 1971, quando criaram o Funrural. E quando paga é o mínimo. A Previdência rural é deficitária e as exportações do agro são subsidiadas. A Previdência era ressarcida. Agora não é mais.

O agro é importante sim, e muito, mas não podemos investir somente nele.

Nossas escolas públicas sem carteiras e cadeiras, algumas sem quadros e giz, sem falar na parte moderna de informática sem computadores e internet. Aduzido a isso, soma-se o descaso com o magistério, com salários baixos, desestimulando os jovens a ingressar nessa nobre missão de ensinar.

Nossas universidades estão sucateadas.

Nossa saúde registra índices negativos de vacinação, nossos hospitais públicos caindo aos pedaços. As terceirizações através de organizações sociais são muitas vezes fraudulentas.

Nossas policias andando de fusca e revolver 38 enquanto o bandido de BMW, com fuzil AR5. Sem falar no espantoso crescimento das milícias e do tráfico.

Mesmo no agro, o sofrimento é para escoar a produção. Estradas intransitáveis, portos caríssimos e distantes, combustíveis nas alturas e, portanto, transporte muito caro, e somos um país totalmente dependente do transporte terrestre.

O sul compra banana do norte e o norte compra banana do sul, tudo via terrestre por falta de uma malha ferroviária, marítima e fluvial.

Para salvar os aposentados e os mais pobres temos o SUS-Sistema Único de Saúde, nosso excelente programa de saúde gratuito, e a Previdência social que paga em dia há 100 anos sendo a maior distribuidora de renda do país e o maior programa social das Américas (do Rio Grande para baixo), para 33 milhões de aposentados e pensionistas que sustentam em sua grande maioria, seus familiares, filhos e netos além de manterem muitos municípios, com 73% de suas receitas.

Mas, infelizmente, o INSS também está totalmente abandonado, com suas agências e postos fechados por absoluta falta de servidores.

Servidores trabalhando mesmo na pandemia para manter o pagamento e a concessão de aposentadoria daqueles que contribuíram e pagaram a Previdência e pensaram em ter uma velhice

(*) Paulo César Régis de Souza é vice-presidente executivo da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social - Anasps.

mais tranquila. A Previdência não é dádiva do governo. O cidadão contribui até mais de 35 anos! Tem direito a receber.

Servidores abnegados que durante a pandemia trabalharam em um misto de presencial e home, híbrido, e mesmo com seus salários aviltados com mais de seis anos sem aumento salarial, usaram sua internet, seu computador, sua luz, sua água, tudo de sua casa para manter a Previdência em dia. Apesar da necessidade de concurso público, porque a concessão de benefícios só deve ser feita por funcionários concursados, nos faltam pelo menos 15 mil funcionários. Pedimos concurso e ganhamos somente mil vagas.

Pensam em utilizar a máquina em substituição ao trabalho humano, exigindo repentinamente a operacionalização por parte do segurado dos meios digitais, não criando uma compensação de contribuição previdenciária para a substituição desses empregados que seriam contribuintes. Logo, o caixa não fecha.

Na pandemia apelou-se para a solução do impasse através de inovações, uma delas a concessão do auxílio-doença, sem perícia efetiva e, até o momento, ainda não temos informações do resultado desse procedimento, mas calculamos que o mesmo poderá trazer problemas.

Então vamos torcer e ter esperança de que realmente o ano será novo.

Que a esperança vença a incerteza, a suspicácia, o desânimo, tenhamos fé!

A Previdência é um gigante, é do tamanho do Brasil, pois em cada canto desse maravilhoso país tem um segurado esperançoso e um aposentado /pensionista confiante.

Que o ano que se renova em breve nos traga melhores dias. Somos brasileiros e não desistiremos nunca, jamais, em tempo algum.

VEJA O QUE ESTAMOS FALANDO NAS REDES SOCIAIS

Obter renda suficiente para o merecido descanso e desfrutar da tão sonhada aposentadoria é o desejo de muitas pessoas - ainda mais se esse valor for o teto máximo do INSS!

Cuide da saúde bucal de toda sua família com o Plano Odontológico Hapvida. Com o custo de apenas R$10 por pessoa, você pode incluir seus dependentes (cônjuge, filhos até 24 anos incompletos, netos até 24 anos incompletos e enteados).

Cai quem quer? Será?
É fundamental estar sempre atento às solicitações de dados pessoais e documentos. O Instituto Nacional do Seguro Sociais (INSS) não realiza qualquer tipo de ligação telefônica!

O Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) é responsável por compilar todas as informações referentes às suas contribuições junto ao INSS; dessa forma, o extrato serve para comprovar tempo de contribuição, salários, entre outros.

PARA CONFERIR AS POSTAGENS COMPLETAS ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS

@Anaspsbrasil

Especialista fala sobre o que os servidores podem esperar do governo federal em 2023

O período de eleições 2022 foi bem diferente do que pudemos acompanhar desde a redemocratização do Brasil. O país estava polarizado entre os dois candidatos do 2º turno: o até então atual presidente Jair Bolsonaro (PL) e o concorrente Lula (PT).

A Anasps, como uma entidade apartidária, só tem o interesse de defender os direitos dos servidores públicos ativos e aposentados. Neste sentido, fizemos uma entrevista com Antônio Augusto de Queiroz, jornalista, analista e consultor político, sócio-diretor da Consilium Soluções Institucionais e Governamentais, uma empresa que atua no acompanhamento do Congresso Nacional.

É importante dizer que a entrevista com o especialista foi realizada antes dos resultados do 2º turno das eleições. Confira o conteúdo!

Qual é a sua impressão com a nova legislatura?

O Congresso eleito em 2022 pode ser classificado como liberal do ponto de vista econômico, fiscalista do ponto de vista de gestão, atrasado em relação aos costumes e valores e refratário aos direitos da área ambiental e direitos humanos, de modo que é um Congresso bem mais conservador e bem mais à direita do aspecto político do que aquele eleito em 2018.

Com a nova legislatura o PL, partido do até então atual presidente da República, teve 99 deputados federais eleitos. Como isso impacta no trâmite das matérias?

O presidente Bolsonaro conseguiu, com o apoio do orçamento secreto, eleger uma grande bancada nos partidos que lhe dão sustentação atualmente. Tendo sido o PL o que mais cresceu entre todos os partidos do Congresso e, somado com o Republicanos e o PP, que lhe dão sustentação, chega a aproximadamente 200 parlamentares.

O Lula, eleito, terá uma oposição dura, difícil, mas o governo dele não se inviabiliza porque embora muita gente eleita tenha uma postura mais conservadora, elas não são necessariamente parlamentares que se pautam do ponto de vista programático. É uma gente mais pragmática, de modo que está disposta a negociar.

Como exemplo, PP, Republicanos e PL já fizeram parte da base de sustentação do governo do PT no passado, de modo que não teriam muitas dificuldades em trazer parte desses parlamentares – os não bolsonaristas – para dar sustentação a um eventual governo Lula.

Foi ressaltado que o PL conseguiu eleger 99 deputados, mas o PT, PCdoB e PV juntos possuem 80 deputados federais eleitos. Isso pode dar alguma divergência nos trâmites das matérias?

O Lula sendo eleito, embora a base vinculada ao Bolsonaro, os parlamentares vinculados a partidos que dão sustentação ao Bolsonaro, sejam em maior número, eles não têm o mesmo nível de unidade que tem o PT, então no máximo, do PL, dos 99, 1/3 seria bolsonarista raiz, ou seja, seria oposição intransigente a um governo do Lula. Os demais 2/3 seriam pessoas possíveis de dialogar e eventualmente apoiar pontualmente matérias propostas pelo governo Lula.

Então, não é uma tragédia para a eleição do Lula do ponto de vista parlamentar, embora ele terá mais dificuldades do que teria Bolsonaro, mas ele teria todas as condições de formar uma base suficiente para fazer a transição que o Brasil precisa neste momento que o país se encontra muito dividido.

Fazendo o prognóstico para 2023, é possível que os servidores recebam algum reajuste relevante?

O orçamento para 2023 prevê um reajuste, que de acordo com o montante de recursos disponibilizado até agora, seria inferior a 4% esse reajuste de acordo com os cálculos, alcançando todos os servidores civis.

Há um esforço do relator independentemente de quem venha a ser eleito, no sentido de verificar se é possível, frente a disponibilidade orçamentária, estabelecer um reajuste que se equipare com aquele proposto pelo Poder Judiciário, que seria um reajuste de 18%, mas que avançaria até o início de 2024.

Então haveria duas parcelas no ano de 2023 e uma parcela no ano de 2024. Mas certamente entre um e outro candidato, Lula e Bolsonaro, na hipótese de eleição do Lula seria mais benéfica aos servidores, não apenas pelo reconhecimento que o governo Lula tem em relação aos servidores, ao serviço público de modo geral, mas principalmente porque irá valorizar e repor quadros na administração pública que passa pelo processo célere de desmonte e o esvaziamento.

Antônio Augusto de Queiroz
Jornalista, analista e consultor político, sócio-diretor da Consilium Soluções Institucionais e Governamentais .

ARRASE NAS FESTAS DE FIM DE ANO

COM UM SORRISO BRANQUINHO E SAUDÁVEL

Prencha seu formulário e cuide-se de forma saudável

Seus familiares também podem usufruir do Plano Odontológico com uma taxa mínima. Verifique as condições.

Você pode ter acesso ao seu benefício pelo App Anasps. Baixe e tenha na palma da sua mão sua carteirinha.

Senador convida presidente do INSS para falar sobre filas de espera da autarquia

Depois de um pico de 2,56 milhões de requerimentos pendentes em julho de 2019, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em outubro de 2022, conseguiu reduzir a fila para menos de 1 milhão após anos, o que beneficiou milhares de segurados.

Ainda assim, em uma sessão realizada no plenário no início de outubro deste ano, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou o requerimento (REQ) 37, que convida o presidente do INSS, Guilherme Serrano, a explicar diante dos senadores as razões das filas de espera da autarquia para a concessão de benefícios aos segurados.

No momento em que o autor do pedido, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), elaborou o requerimento, havia mais de 1,8 milhão de pedidos em espera para análise, onde 500 mil eram somente de pessoas com deficiência no aguardo do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Tentando entender melhor o objetivo do requerimento 37, a Anasps entrevistou o senador Nelsinho Trad para detalhar mais o seu pedido. Desta forma, confira o conteúdo com o parlamentar.

Quais foram os seus objetivos para elaborar o Requerimento 37?

Esse requerimento nasceu para podermos dar uma resposta às inúmeras reclamações que nós temos recebido dos beneficiários do INSS. Nós sabemos que a lei estabelece 45 dias para poder ter uma resposta de um benefício solicitado, ou seja, um mês e mais 15 dias, e isso não tem sido cumprido em detrimento da pandemia de covid-19 e da greve dos peritos judiciais. O Ministério Público Federal junto com o próprio INSS fez um termo de ajustamento de conduta permitindo que ninguém fique sem resposta até por 90 dias, ou seja, três meses.

Esse requerimento 37 visa justamente chamar o presidente do INSS para que ele possa explicar aos membros do Senado Brasileiro o porquê dessa demora e por que que esse prazo não está sendo cumprido mesmo estendido para 90 dias.

Qual é a expectativa do senhor com a comissão que o presidente do INSS irá participar?

Toda vez que nós chamamos o representante de um órgão ele sempre é muito bem-vindo, ninguém está aqui para hostilizar ninguém, que fique isso muito claro. Mas quando isso acontece, está faltando uma interlocução melhor e mais apurada entre o órgão e o Congresso Nacional.

Muitas vezes o dirigente que é aqui chamado entende que

isso é uma medida antipática, que isso é um desgaste, mas não é esse o objetivo. O objetivo é justamente o contrário. É para poder aproximar as atividades do órgão ao Congresso Nacional para que a gente possa entender como que está funcionando todo esse trâmite e, com isso, replicar para aqueles clamores que chegam até nós, porque muitas vezes o segurado que não é atendido através de um pedido de um benefício não tem a quem reclamar, então ele vem justamente nos seus representantes públicos. Essa é a premissa principal da convocação do requerimento 37.

Na justificativa do Requerimento é mencionada a fila de espera de quase 2 milhões de pedidos a serem analisados. O Senhor tem alguma indicação para que esse problema seja solucionado?

Nós temos vários dados aqui, inclusive alguns que demonstram que a fila começou a andar, como diz no jargão popular. Não como deveria ser, mas já é um começo. O importante é o estreitamento desse laço e fazer com que essa fila não fique esquecida no tempo e no espaço porque quem está nessa fila normalmente são pessoas carentes, pessoas doentes, pessoas incapacitadas, que muitas vezes precisam desse benefício justamente para poder viver, comer o pão de cada dia, pagar a sua energia, pagar os seus remédios, não é nada para fazer poupança nem para guardar dinheiro em algum lugar, é apenas para subsistência. Sendo assim, nós resolvemos tomar a frente em defesa dessas pessoas.

Ainda na justificativa do senhor, lá é ressaltado que há 800 mil novos pedidos todo mês e são analisados cerca de 700 mil. Fazendo a conta, dá um déficit de 100 mil a cada 30 dias. Na visão do senhor, existem maneiras de se ter uma solução para esse déficit?

Muito boa essa sua pergunta. Com a vinda do presidente aqui, nós vamos fazer com que essas dificuldades que estão sendo apresentadas com indicadores, com números, possam ter alternativas e tratativas para resolvê-las. Porque é sempre assim: surge o problema, surge a dificuldade, aí é que vão se mexer para poder resolver. Então o que a gente quer é justamente isso, fazer com que essa fila venha a andar da forma mais ágil possível, que a lei anterior possa ser respeitada – de 45 dias de uma resposta, e que aquele que está esperando possa fazer jus, desde que seja legal, constitucional, republicano, ao benefício que está sendo pretendido.

O senhor ressaltou, na última fala, que surgem dificuldades. Essa semana saíram notícias de que a fila diminuiu em quantidade considerável, abaixo de 1 milhão. Como houve um curto espaço de tempo, vários casos foram solucionados com pessoas recebendo agora. Será que isso não geraria um déficit, a partir desse aceleramento?

Não, existe todo um planejamento do órgão para poder não dar um passo maior que a perna dele. Mas o interessante de se observar aí é o seguinte: o segurado do INSS que busca um benefício, como eu já disse anteriormente, ou ele está doente, incapaz para o trabalho, ou ele está já no tempo para poder ter a sua aposentadoria reconhecida ou tem algum problema no processo dele que fez com que ele não viesse a receber. São pessoas que usam esse dinheiro praticamente com duas finalidades: pagar medicamentos que nem sempre estão à disposição na rede pública, custear tratamentos com médicos que às vezes são especialistas e que não atendem pelo SUS, algum exame especializado que pelo SUS demora muito, ou mesmo para poder se alimentar no dia a dia. Então, é um benefício de extrema importância social e assim tem que ser tratado.

Tem alguma previsão de quando será a audiência?

Nós estamos aguardando o derradeiro segundo turno das eleições nacionais, em alguns estados tem eleições estaduais de governadores, para podermos dar a quinta marcha que é a marcha acelerada nas tramitações aqui no Congresso Nacional.

O senhor tem a expectativa de que ainda seja neste ano?

Com certeza, a gente tem a expectativa de que seja este ano.

Tem mais alguma informação que o senhor deseja acrescentar?

Eu queria agradecer o espaço, dizer que a gente está sempre aqui não só para defender o segurado, mas também a você que trabalha no INSS, a gente sabe o que é esse trabalho, eu sou médico, além de ser urologista e cirurgião eu sou médico do trabalho, eu sei muito bem o que é fazer uma perícia e lutei muito também na questão dos peritos judiciais para que eles pudessem ter os seus salários regularizados a fim que eles pudessem produzir da melhor forma possível. Eu estou aqui justamente pra fazer um mandato de mãos dadas com a seguridade social.

BALANÇO: como os governos federais dos últimos anos veem os servidores

A mudança no Governo Federal já é iminente: com as eleições em 2022, os novos rumos poderão impactar, e muito, assuntos concernentes aos servidores e ao serviço público. Nos últimos dez anos, é possível realizar um balanço — qual foi o presidente que mais beneficiou aqueles que tanto contribuem para o desenvolvimento do país? Em quais condições?

Em 2012, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) se encontrava no segundo ano de seu segundo mandato. Seguindo a linha do presidente anterior, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Dilma deveria reestruturar carreiras e atualizar boa parte das remunerações dos servidores federais nos três poderes, incluindo militares — o que não ocorreu pelo segundo ano consecutivo. Apesar de haver prometido durante a sua posse cumprir o compromisso com o artigo 78 da Constituição, "de manter, defender e cumprir a Constituição, observadas as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

Em contrapartida, no governo Dilma foram promovidos concursos públicos que ajudaram a ampliar a quantidade de servidores públicos — foram adicionados mais de 53 mil aos quadros do Executivo.

Já Michel Temer (MDB), que governou após o pedido de impeachment de Dilma em 2016, assinou um decreto que extinguiu 60,9 mil cargos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O corte incluiu profissões consideradas obsoletas, como telefonista, editor de videoteipe, assistente de som, datilógrafo e digitador. O objetivo principal seria o corte de gastos com pessoal. Vale ressaltar, também, a intenção de Temer em colocar em vigor a reforma administrativa, que incluía os servidores.

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro (PL) assume a presidência. Em todos os anos, o presidente congelou a remuneração dos servidores, suspendeu a realização de concursos e elevou as alíquotas de contribuições previdenciárias. Além do mais prejudicial: a aprovação da Reforma da Previdência que afetou os servidores públicos, especialmente no aumento do tempo de serviço trabalhado, para fins de aposentadoria.

Em ano eleitoral, Bolsonaro voltou a falar sobre a realização de concursos públicos e reajuste salarial para os servidores públicos — os concursos até saíram, mas a proposta de reajuste foi alterada diversas vezes e, no fim, não aprovou aquilo que já havia sido "prometido", descumprindo o acordo de greve.

A forma como um governo enxerga aqueles que desempenham diariamente a atividade pública impacta diretamente no desenvolvimento do país. Em 2023, com um novo chefe executivo, há de se esperar mudanças — e se elas não vierem, sempre cabe a fiscalização e cobrança de direitos.

MENOS SERVIDORES + AUMENTO DE DEMANDAS = ACÚMULO DE TRABALHO

Você, como servidor, em algum momento da vida deve ter ouvido que ganha muito bem só por pertencer à carreira pública. Mas na prática não é bem assim, certo? O fato fica evidente quando se observa o Atlas do Estado Brasileiro, plataforma do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), onde aponta que dos cerca de 12 milhões de servidores no Brasil, metade não recebe mais do que R$ 2.794.

Ainda de acordo com o Atlas, em nível municipal, de 10 servidores, seis recebem até R$ 2.155. Os que recebem mais de R$ 30 mil é minoria, sendo menos de 1%, onde concentra-se carreiras de promotores, magistrados, ministros, membros da alta cúpula das Forças Armadas.

Mais grave do que isso, é o fato de que há anos os servidores não recebem reajuste de relevância. Além disso, a quantidade dos servidores públicos federais diminuiu, como por exemplo, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ficou sete anos (2015-2022) sem novo concurso.

Queda da quantidade de servidores públicos federais

Em 2022 o serviço público atingiu a menor quantidade de servidores públicos federais desde 2009, tendo no momento 569 mil trabalhadores. Esse número é 10% menor que o ápice registrado em 2017, quando havia 634 mil trabalhadores no quadro do governo federal.

Os dados foram levantados pelo Metrópoles, que usou como base o material divulgado no Painel de Estatística de Pessoal (PEP), plataforma abastecida pelo Ministério da Economia (ME).

Essa baixa aconteceu, de acordo com o ME, devido a implementação do processo de digitalização na administração pública federal, que conta com cerca de 4,8 mil serviços disponíveis na plataforma Gov.br. Além disso, um outro motivo para a diminuição do quadro de servidores foi a falta de reajustes.

Devido a pandemia de covid-19, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, articulou a Lei Complementar N° 173, de 27 de maio de 2020, que não autorizava o aumento no funcionalismo público até o fim de 2021.

O objetivo era fazer o Tesouro Nacional ajudar os estados e municípios. Assim, ficou proibido o poder público de fazer novos concursos públicos até o fim de 2021, com exceção das reposições das vagas em cargos de chefia que não acarretassem crescimento de despesa, entre outras situações.

Menos servidores no INSS, mais trabalho

O número de servidores do INSS vem diminuindo cada vez mais nos últimos anos. Isso fica evidente quando se observa que, em 2018, de acordo com a Fita Espelho do SIAPE, haviam 32.662 servidores ativos na autarquia, sendo que em outubro de 2022 há 18.191 segundo o Portal Transparência do Gov.

Essa diminuição na quantidade de servidores ativos ocorreu devido o processo de aposentadoria, falecimento e pedidos de exoneração. Mas o grande problema é a falta de reposição do quadro dos trabalhadores.

Dessa forma, hoje o INSS está com déficit de funcionários, o que atrapalha o dia a dia de cada um dos servidores, e acaba gerando mais acúmulo das demandas. Além disso, muitas agências

estão em situação precária.

Vale ressaltar que este ano vai ocorrer um novo concurso do INSS, que não acontecia desde 2015. O novo certame convocará 1000 novos servidores, um número longe de ser o ideal para a quantidade de trabalhadores que a autarquia necessita.

Por conta dos problemas já mencionados, além de muitos outros, servidores do INSS entraram mais uma vez de greve este ano.

Greve 2022 dos servidores do INSS

O serviço público no Brasil é repleto de lutas e reivindicações, e em 2022 mais páginas dessa rica história foram preenchidas através de uma grande greve nacional unificada. Uma das principais reivindicações foi a reposição salarial de 19,99%, pela inflação acumulada nos três primeiros anos do governo Bolsonaro.

A greve se encerrou no dia 23 de maio, após quase dois meses de paralisação. O INSS assinou juntamente com o Ministério do Trabalho e Previdência e representantes da categoria, o Termo de Acordo que declara o encerramento das operações de paralisação.

É importante esclarecer que a Anasps não tem caráter sindical — por isso realizou um trabalho na busca de apoio parlamentar aos pleitos dos servidores previdenciários no Congresso Nacional, para garantir a dignificação do INSS e excelência da prestação dos serviços de benefícios ao povo brasileiro.

A maléfica PEC 32

A Proposta de Emenda à Constituição da reforma administrativa (PEC 32/20) enviada pelo governo federal causa um verdadeiro pavor no setor público brasileiro.

A proposta pretende acabar com a estabilidade, promoções automáticas e vários benefícios dos servidores públicos. Assim, o texto aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados prevê uma sequência de normas gerais sobre políticas de gestão de pessoas para toda a área pública do Brasil.

Isso significa que várias esferas que envolvem o setor público podem sofrer mudanças, como os concursos, remuneração, jornada de trabalho, seleção de comissionados, desenvolvimento e modelo de carreiras, vínculo temporário, perda do cargo por desempenho insatisfatório ou desnecessidade da função serão disciplinados em leis nacionais, de competência privativa da União.

Desde o início das discussões sobre a reforma administrativa, a Anasps defensora da categoria se mostrou persistente e contra a proposta.

Queremos que você, servidor, saiba que somos contra a reforma administrativa e que estamos trabalhando no Congresso Nacional em parcerias com frentes que defendem o funcionalismo público, em busca de propostas que evitem a aprovação da PEC 32/2020.

Projeções para 2023

Desde 2018 não ocorre qualquer reajuste, ainda que o governo federal tenha feito várias promessas. Somente categorias com remunerações mais altas receberam reajuste em 2019.

Para 2023, ano com um novo mandato presidencial, já foi divulgada a Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) sem qualquer previsão com esse objetivo.

“Queremos que você, servidor, saiba que somos contra a reforma administrativa e que estamos trabalhando no Congresso Nacional em parcerias com frentes que defendem o funcionalismo público, em busca de propostas que evitem a aprovação da PEC 32/2020”.

Anasps

Pelos olhos dos servidores

Uma casa para os nossos associados

O funcionamento efetivo da nossa sociedade e, por consequência, da nossa democracia, depende do árduo trabalho dos servidores públicos. É através dele que os cidadãos podem assegurar seus direitos fundamentais, previstos na nossa Constituição Federal.

Sendo assim, o servidor tem o papel de ser o elo entre o Estado e o cidadão. Um servidor bem preparado, qualificado e competente tem a capacidade de atender a população da melhor maneira possível, exercendo assim o seu dever democrático.

Não se trata de um trabalho recente: desde a nossa independência, os servidores têm cumprido com louvor a sua missão de manter a máquina pública ativa e operante, contribuindo assim para a soberania da nossa nação.

Por fim, cada servidor carrega em si o orgulho de contribuir para um Brasil igualitário, justo e acolhedor, sempre buscando a excelência na busca por fazer a diferença na vida de cada brasileiro. A seguir, você terá a oportunidade de conhecer a história de um servidor que tem o orgulho de contribuir junto ao serviço público.

Servidor e Anasps

Há mais de 10 anos como associado da Anasps, Marcelo Lima, 44, é gerente-executivo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Alagoas. Ele já conseguiu dar um alívio em sua carteira pagando mais barato em produtos com descontos oferecidos pelo Clube Anasps: "Quando você conhece o clube Anasps de vantagens e entre outros, isso oferece uma condição muito mais segura de você continuar participando", contou.

O servidor ainda ressalta outros benefícios da Anasps: "A condição de vantagem que coloco é isso: analisar aquilo que temos e o que não temos — eu, por exemplo, recebo o jornal da Anasps e já baixei o aplicativo. Também assisto a TV Anasps", afirmou.

Na prática, ele detalha como foi sua experiência em usar o Clube Anasps. "Eu fui à rede de farmácias credenciada para comprar remédios e, na hora, só dei meu CPF. Eles já tinham a relação dos associados à Anasps e eu consegui 20% de desconto", comentou.

Para ele foi até uma surpresa ganhar desconto tão facilmente: "Eu nem imaginava que comprando remédios eu teria esse desconto — como eu compro esses remédios mensalmente, esse desconto é muito importante", complementou.

Marcelo lembra que é possível conseguir descontos ainda maiores dependendo do produto: "Com o Clube Anasps, os descontos nas lojas são extras — não são aqueles que a loja já dá, são em razão de sermos associados", garantiu.

Uma outra grande vantagem que o Marcelo observa é a possibilidade de usar o Clube em qualquer lugar do país. "Esse conjunto de lojas que oferecem esses descontos, que cada dia cresce,

Marcelo Lima
Gerente-executivo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Alagoas

é também nacional. Por exemplo: eu venho a Brasília, aqui existem locais que irão me atender, mesmo eu sendo de Maceió. Em qualquer lugar do Brasil em que eu estiver, eu terei desconto", observou.

Também vale destacar que outros benefícios como o Plano Odontológico, a Faculdade Anasps e a Assessoria Jurídica Individual também podem ser usadas de onde você estiver.

Bem-estar e educação com a Anasps

Um dos benefícios da Anasps é o bem-estar, o que inclui a realização de ações nas sedes estaduais, assim como patrocinar eventos para os servidores.

Nesse sentido, Marcelo conta que sempre participa de cerimônias de bem-estar que a Anasps está envolvida. "Em Alagoas, tem vários eventos que são promovidos pela associação, além de eventos ligados à própria Previdência Social que a Anasps participa", frisou.

Ele ainda fez questão de relembrar o projeto das lives estaduais, que surgiu no período da pandemia com o intuito de unir nossos associados, mesmo a distância. "Eu acompanhei as lives, inclusive do meu estado, tivemos a última há alguns meses com a participação do presidente, dos diretores. Isso está sendo um contato muito mais próximo para saber quem está participando, com convidados também, e esses eventos são muito importantes", salientou.

A Faculdade Anasps, de nota 4 de 5 pelo Ministério da Educação (MEC) e com foco na Previdência Social, também é outro benefício que foi relembrado pelo Marcelo. "A Faculdade também tem cursos livres, eu vou até me inscrever no próximo, que conta com uma uma área específica para sempre aprimorar os conhecimentos", destacou.

Anasps, uma casa para os servidores

Com mais de 30 anos de existência, a Anasps cuida dos servidores, sempre com o intuito de oferecer os melhores benefícios para os associados. A ideia é que todos que fazem parte da nossa família tenham um sentimento de acolhimento.

"Isso faz toda diferença, o fortalecimento do próprio servidor, a condição humana também, importante demais a condição do lazer que a gente precisa ter. Então tudo isso é importante para que esse servidor tenha condição de saber o que a associação faz, fez e ainda vai fazer por todos os servidores", realçou.

"Eu só tenho boas recomendações sobre a Anasps. Claro, quanto mais forte ela for, mais forte eu também serei. Eu sempre divulgo para os colegas, incentivo a participarem e se associarem, porque isso vai fortalecer a categoria dos servidores públicos. Além disso, quando você conhece o que a Anasps pode oferecer, você se associa e não sai mais", completa.

Por fim, ele faz um agradecimento especial para a diretora estadual de seu estado, Alagoas. "Que continuem nessas ações tão importantes para desenvolver não só a condição do próprio INSS mas dos servidores, e dando parabéns em razão disso, de estarem sempre presentes. Eu tenho muito orgulho de participar da Anasps. A Edileide Sales sempre presente, não só ela como representante, mas toda a equipe, voltada ao pensamento de atender aos associados e fazer com que a gente tenha um crescimento bem maior, divulgando também dentro dos grupos e começando a mostrar o que temos de bom, o que há de proveitoso para todos dentro da Anasps", concluiu.

"Eu só tenho boas recomendações sobre a Anasps. Claro, quanto mais forte ela for, mais forte eu também serei. Eu sempre divulgo para os colegas, incentivo a participarem e se associarem, porque isso vai fortalecer a categoria dos servidores públicos. Além disso, quando você conhece o que a Anasps pode oferecer, você se associa e não sai mais".

GEAP saúde

Geap amplia rol de familiares que podem aderir ao plano de saúde

O Ministério da Economia anunciou em setembro a ampliação da adesão ao plano de assistência médico-hospitalar da Geap Autogestão em Saúde. Com as mudanças, parentes de servidores públicos federais até o quarto grau consanguíneo e até o segundo grau por afinidade podem aderir aos planos. Anteriormente, a adesão era restrita somente até ao terceiro grau de consanguinidade. As alterações, que constam de um termo aditivo da Geap junto à União, foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

As alterações também preveem a possibilidade de pessoas com grau de parentesco com o beneficiário principal possam usar coberturas diferentes – antes disso, os familiares eram obrigados a fazer parte do mesmo plano de saúde.

Além disso, também será possível realizar uma integração entre os dados da Geap com o sistema do governo federal. Dessa forma, os beneficiários terão a oportunidade de acessar os serviços disponíveis na cobertura através do aplicativo "SouGov.br", atualmente disponível para download na App Store, para iOS, e no Google Play, para Android.

A Geap é a autogestão responsável pela operação de planos de saúde para servidores públicos federais, estaduais e municipais, sejam eles ativos, aposentados e familiares, encarregada a dar assistência para mais de 300 mil beneficiários espalhados por todo o país.

Dentre os planos, há opções com e sem participação, de abrangência municipal, estadual e federal, com procedimentos que atendem ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Além disso, os beneficiários também contam com plano odontológico e a inédita modalidade de Telessaúde, que traz a possibilidade da realização de consultas médicas e pediátricas através de vídeo chamadas nas mais diversas especialidades.

Servidor Público X Funcionário Público

Para começar é importante esclarecer que não, servidor público e funcionário público, não é a mesma coisa. A diferença começa nos concursos e vão até as atribuições. É importante entender que o servidor público é aquele que trabalha diretamente para o estado, assumindo posse de seu cargo via concurso e tendo responsabilidade direta com o funcionamento estadual, municipal ou nacional.

Já o funcionário público, trabalha de forma mais indireta com esses sistemas, ou seja, atua em instituições de economia mista, parte privada parte estatal, empresa pública e etc. Tendo como regime de trabalho, as regras da CLT.

Cada uma das formas de vínculo apresenta suas vantagens. No caso do servidor, existe uma maior estabilidade já que não existem demissões, para ocorrer a desvinculação deste sistema, é necessária uma exoneração publicada em diário oficial, em momentos de crise econômica por exemplo, é incomum que servidores sejam exonerados por este motivo.

No caso do funcionário público, uma das vantagens é que o aumento de salário de quem atua nesse regime, não precisa de uma lei, ou regulamentação, acontece de forma mais livre. Importante ressaltar que os funcionários públicos não são considerados servidores, isso se deve as diferenças na área de atuação, regime de contratação e litígios trabalhistas.

A diferenciação destes cargos já está disposta no momento do concurso, é importante ficar atento ao edital para saber se aquele processo é para cargos de servidores públicos ou funcionários.

Aposentado, sua luta também é nossa!

Anasps trabalha no Congresso Nacional em pautas de interesse dos aposentados e pensionistas

Nascemos, crescemos e morremos! Essa é a lei natural da vida. E durante o processo, alguns optam por casar, procriar e constituir família, outros não. Mas a única certeza é a de que envelheceremos e depois de cumprir com as obrigações laborais, teremos o tão merecido descanso, com uma aposentadoria que nos dê conforto e bem-estar, uma vez que o direito de se aposentar é uma conquista da civilização, um jeito de reconhecer a contribuição de quem já trabalhou demais e liberar essas pessoas para fazerem outras atividades além de garantir a sobrevivência.

Mas para uma parcela da população o sonho se torna pesadelo, isso porque apesar de ser um direito tão fundamental, ao longo do tempo, diferentes governos mexeram no direito dos aposentados. Em 1998, a Emenda Constitucional 20, criou o fator previdenciário e determinou que, para aposentar, não seria mais levado em conta o tempo de serviço, mas o tempo de contribuição.

Já em 2003, a Emenda Constitucional 41, definiu que, em vez de receber o salário integral, o servidor público teria o benefício calculado pela média de sua contribuição a um fundo previdenciário. Em 2015, criou-se a regra dos 85/95, com base na soma do tempo de contribuição com a idade.

Diante de tantas retiradas de direitos e por não concordar com as atrocidades impostas aos aposentados, a Anasps continua trabalhando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em prol da defesa dessa categoria.

Lutamos pela aprovação de vários projetos de interesse da categoria, dentre eles, destacamos:

- Projeto de Lei 4434/08, que recupera as perdas salariais dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- Proposta de Emenda à Constituição 555/2006, que revoga o dispositivo da Emenda Constitucional - Reforma da Previdência, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados;
- Proposta de Emenda à Constituição 56/2014, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal para assegurar proventos integrais à aposentadoria por invalidez permanente em todas as hipóteses e estabelecer a revisão dos proventos de aposentadorias por invalidez já concedidas, com efeitos financeiros a partir da data da promulgação da Emenda Constitucional;
- Projeto de Lei 172/2014, que modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria. Entre outras matérias;
- Projeto de Lei Complementar 454/2014, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência;
- Projeto de Lei 83/2016, que altera a Lei nº 9.717/1998 para especificar como incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores públicos inativos e seus pensionistas (CF art. 40, § 21), aquelas que justificam a concessão a seus portadores de isenção de imposto de renda;
- Projeto de Lei 4367/2020, que de forma excepcional fica criado para os anos de 2020 e 2021, um abono anual (14º salário) em favor dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, na forma estabelecida nesta lei;
- Projeto de Lei 1206/2021, que altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, para estabelecer isenção de contribuição social incidentes sobre proventos de aposentadoria percebidos pelos portadores de doenças graves, na forma que especifica;
- Projeto de Lei 495/2022, que dispõe sobre a isenção do IOF para aposentados e pensionistas acima de 75 anos de idade.

Teremos um grande trabalho pela frente pois as eleições federais mudaram a cara da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Com a direita inflada e o crescimento da Federação Partidária de esquerda e o centro esvaziado, e dessa forma, o novo Congresso, majoritariamente composto por partidos de direita, pautas relacionadas a privatizações, parcerias público-privadas e estado mínimo ganharão força.

Acreditamos sim que o Estado precisa de melhor eficiência, mas vamos continuar lutando para evitar que mais uma vez aposentados, pensionistas e os trabalhadores do país paguem a conta de uma gestão equivocada.

Concurso INSS 2022: o que muda em relação aos anos anteriores?

Com a realização da primeira etapa do concurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 27 de novembro, é válida uma comparação quando se trata dos editais anteriores: neste ano, foram disponibilizadas 1.000 vagas em nível médio para a carreira de Técnico do Seguro Social, que visam suprir a demanda da autarquia — a previsão é que o resultado seja divulgado ainda em 2022.

Em meio ao atraso da concessão de mais de 1 milhão de benefícios, o INSS se vê em uma situação de urgência da reposição de seu quadro de servidores — o grande fluxo de pedidos é capaz de levar o Instituto a um colapso. A população, insatisfeita, permanece há anos em busca dos seus direitos, mas não consegue retorno ou qualquer previsão de resposta.

O último certame tornou-se público em 2015. Organizado pela Cebraspe, ofertou 950 vagas, sendo 800 de nível médio para o cargo de Técnico do Seguro Social e 150 de nível superior para Analista do Seguro Social – Serviço Social. Na época, as remunerações iniciais eram de R$ 7,4 mil para Analistas e R$ 4.8 mil para Técnicos. Em 2022, o salário chega a R$ 5,9 mil.

Até então, o intervalo máximo entre os concursos do INSS era, no máximo, de três anos. De 2015 para 2022 são sete. Tempo suficiente para comprometer a estrutura e o atendimento das agências espalhadas pelo país.

No início de 1999 foi publicado um edital também pela Cebraspe. Os candidatos deveriam ter o ensino superior em Direito e prestariam a prova para o cargo de Procurador Autárquico. Foram ofertadas 230 vagas. Além da prova objetiva, também era necessária a redação e prova de títulos.

Em 2000, a demanda de vagas foi mais baixa: com cerca de 150 vagas para o cargo de Auditor Fiscal, o edital exigia ensino superior em qualquer área. O concurso seguinte, realizado em 2003, abriu portas para aqueles que haviam completado o ensino médio — as vagas abertas eram para Analista do Seguro Social (1.522), para quem tivesse nível superior em qualquer área e Técnico do Seguro Social (2.276) para quem tivesse nível médio.

2004 foi o ano em que foram disponibilizadas 1.500 vagas para o cargo de Perito Médico, com previsão de curso de formação. Os candidatos deveriam ter diploma em Medicina. Desta vez, a banca responsável pela realização do concurso foi a Cesgranrio. Além das 600 vagas para Técnico Previdenciário (ensino médio), também haviam oportunidades para os cargos de Analista de Ciências Contábeis (superior em Ciências Contábeis, 200 vagas) e Analista Previdenciário (superior em qualquer área, 100 vagas).

No ano de 2007, o leque de oportunidades para cargos de Analista foi aberto em várias áreas — Arquitetura, Arquivologia, Engenharia Mecânica e Comunicação Social foram apenas algumas das opções. Somadas a essas vagas, a banca Cebraspe, que voltou a realizar o concurso, também permitiu que quem tivesse o ensino médio completo fizesse a prova para o cargo de Técnico do Seguro Social.

Em 2009 foram abertas vagas apenas para o ensino superior: os candidatos poderiam concorrer aos cargos de Técnicos de Suporte nas áreas de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica. Ao todo, foram ofertadas 189 vagas.

No ano seguinte, 2010, apenas candidatos com ensino superior em Medicina poderiam participar do concurso, aplicado para o cargo de Perito Médico. Foram ofertadas apenas 136 vagas.

O diferencial do concurso realizado em 2011, é que além da prova objetiva para os cargos de Perito Médico (375 vagas, ensino superior em Medicina) e Técnico do Seguro Social (1.500 vagas, nível médio), a banca (Funrio) também solicitou apresentação dos títulos.

Em 2013, as vagas foram somente para o cargo de Analista do Seguro Social (superior em áreas como Administração, Psicologia, Jornalismo, etc). Foram disponibilizadas, no total, 300 vagas.

É válido ressaltar que, para cada prova de áreas específicas, são cobrados conteúdos diferenciados entre si, que envolvem os conhecimentos dessas especialidades.

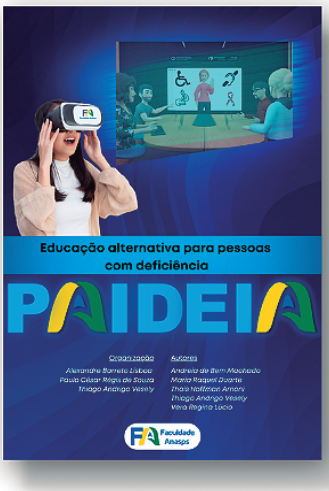
O que, de fato muda, é que agora é o momento de urgência para repor os servidores do INSS, já que a autarquia contribui para o desenvolvimento e segurança financeira — dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin) em 2019 revela que mais de 80% dos brasileiros dependem exclusivamente do INSS para a aposentadoria.

PAIDEIA

Sobre o livro:

São muitas as abordagens que os autores descortinam na obra, com enfoque nos direitos das pessoas com deficiência. Mas de forma única e original eles mais do que abordam a educação especial e a educação inclusiva como tema relevante na política educacional, mas sim demonstram, ao final, a necessidade inconteste de implantação de uma Política Nacional de Acessibilidade Educacional oferecendo, ao final, sugestões em temas de Projeto de Lei para que sejam alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394, de 1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei no 13.146, de 2015). A obra nos leva, de forma concatenada, a compreender o contexto das transformações da educação especial e inclusiva no Brasil e, também, a ter uma visão crítica com relação à sua efetivação enquanto direito fundamental e social, previsto e assegurado em nossa Constituição.
(José Eduardo Sabo Paes)

O projeto que culminou no PL 2861/2022 denomina-se **PAIDEIA** e pode ser interpretado como um acróstico, quando nos referimos a educação especial nas instituições de ensino que:
Potencializando e respeitando o processo de Aprendizagem, valorizando as diferenças e as Individualidades, promove a autonomia dos discentes na busca por seu direito a uma educação de qualidade e que de forma interativa proporciona a troca de experiências entre os envolvidos, de forma acolhedora, interessando-se por cada um como indivíduo único.



Aproveite e conheça um pouco mais sobre o projeto, baixe gratuitamente o Livro PAIDEIA -Educação alternativa para pessoas com deficiência no site www.faculdadeanasps.com.br ou pelo QR Code.

Você já parou para pensar na importância do Ensino Superior para a sua carreira profissional? A graduação é sem dúvidas, uma importante ferramenta para alcançar o sucesso.

Essa informação é tão verídica que pode ser comprovada por meio de dados. Segundo o Instituto Semesp, dados divulgados em 2020, apontam que quem possui formação superior tem 54% menos de chance de ficar desempregado.

Além de todas as vantagens para o currículo, o Ensino Superior também pode proporcionar um maior crescimento pessoal, estimulando o senso de responsabilidade, a saída da zona de conforto e o incentivo a novas visões de futuro.A Faculdade Anasps já está com as inscrições abertas para o vestibular referente ao semestre de 2023.1. A principal novidade é a presença do primeiro curso de Pedagogia da instituição: a graduação, que terá a duração de quatro anos, possibilitará que os estudantes possam atuar em diversas áreas, seja na docência, na gestão pedagógica ou até mesmo na formação de novos docentes.

"Sendo a Pedagogia uma ciência que tem como objeto de estudo a educação, o processo de ensino e a aprendizagem, é fundamental que toda faculdade oferte esta graduação. A Faculdade Anasps seguiu a cartilha e está com inscrições abertas para não somente um curso de Pedagogia, mas de Licenciatura em Pedagogia. De uma forma única e inovadora, ofertamos um curso diferenciado e de excelência", comemora Thiago Vesely, diretor geral da Faculdade Anasps.

Além disso, também estão abertas as inscrições para o curso de Tecnologia em Gestão Pública. Com duração de dois anos e ênfase na Previdência Social, os alunos terão capacitação para trabalhar tanto frente à instituições públicas quanto na iniciativa privada. Essa será a quarta turma de Gestão Pública da Faculdade, sendo a segunda totalmente realizada no formato EaD.

"Tornar-se um Gestor Público diplomado é abrir possibilidades para a nomeação a um cargo de chefia e/ou coordenação na administração pública federal, estadual e municipal. Mais do que isso, é estar devidamente qualificado a ofertar serviços públicos tão essenciais ao povo brasileiro.", complementa Thiago.

Assim como o curso de Gestão Pública, as aulas de pedagogia da Faculdade Anasps também serão realizadas no formato EaD: "Na Educação a Distância da Faculdade Anasps é assim: a distância só faz parte do nome, pois com aulas síncronas, tutores sempre à disposição dos alunos, ambiente virtual de aprendizagem intuitivo e acolhedor, além de professores e coordenadores lhe acompanhando passo a passo na jornada educacional, estaremos sempre pertinho de você", finaliza.

Faculdade Anasps lança curso preparatório para 2ª fase do concurso do INSS

O concurso público para o INSS, um dos mais esperados dos últimos anos, aconteceu no último dia 27 de novembro, com a realização da 1ª fase. Ao todo, foram abertas 1.000 vagas para o cargo de técnico do Seguro Social, que exige nível médio de escolaridade, com salário de R$ 5.905,79. Para os concurseiros de plantão e aprovados na 1ª fase, é importante lembrar que a maratona de estudos não deve parar, pois a 2ª fase do concurso do INSS promete ser desafiadora, além de possuir caráter eliminatório e classificatório.

A Faculdade Anasps elaborou curso preparatório para essa segunda etapa: o intuito é oferecer auxílio e capacitação durante o curso de formação. O conteúdo disponibilizado é focado em Previdência, desenvolvido exclusivamente por servidores do INSS.

Aproveite e estude com a instituição que é excelência no MEC.

Os novos servidores terão a função de efetuar o atendimento ao público, além de orientar, informar e conscientizar os beneficiários sobre as ações e procedimentos da Previdência Social, além de efetuar ações relacionadas ao direito previdenciário. Os aprovados serão distribuídos entre 97 agências regionais espalhadas por todo o país – além das 1000 vagas, o edital prevê a quantidade de 3.373 aprovados, que poderão ser convocados a depender da necessidade.

Pensando em preparar os concurseiros da melhor forma possível para esse desafio, a Faculdade Anasps lançou um curso preparatório especificamente para o concurso do INSS. Elaborado por professores servidores e ex-servidores de carreira da autarquia, o curso é totalmente on-line, podendo ser acessado em qualquer dispositivo com conexão à internet.

"Estudar no preparatório da Faculdade Anasps é trilhar um caminho demarcado. Nossos professores são ou foram servidores públicos. Eles conhecem a trilha de ensino e de aprendizagem a ser percorrida. Eles conhecem os atalhos da aprovação. Com material vasto, contendo apostilas, videoaulas e muitos exercícios, tudo isso numa plataforma de estudos bem interativa, a próxima nomeação é a sua", explicou o diretor geral da Faculdade Anasps, Thiago Vesely.

Levando em consideração a complexidade e o conteúdo da prova, que terá a duração de 3h30 com 50 questões sobre conhecimentos básicos e 70 questões sobre conhecimentos específicos, o curso preparatório apresenta sete módulos: Língua Portuguesa, Ética no Serviço Público, Noções de direito constitucional, Noções de direito administrativo, Noções de informática, Raciocínio lógico-matemático e Direito Previdenciário.

Além das videoaulas, das apostilas e de exercícios comentados, os alunos também ganham um livro exclusivo de questões com 280 exercícios para complemento dos estudos. E o melhor de tudo: associados da Anasps e dependentes têm acesso ao curso de forma gratuita! Além disso, os associados do Clube Anasps podem aproveitar um desconto de 50%. Adquira já o curso em www.faculdadeanasps.com.br.

Por que estudar na Faculdade Anasps?

Nota 4 no MEC

Flexibilidade de horário

Corpo docente de excelência

Orientadores educacionais

Modalidade EaD

Material de aprendizagem exclusivo

A Faculdade Anasps pode ajudar a traçar o teu futuro!

Clube Anasps – Como o aumento de empresas nacionais mudou os rumos do Clube

O Clube Anasps foi criado em 2015 para levar descontos aos nossos associados, no entanto, em seu início contava com empresas regionais, apesar do elevado número de parceiros, a regionalidade impossibilitava, que o atendimento aos associados fosse mais amplo, atingindo pequenos municípios e regiões, é aí que começa nossa virada de chave.

"Os dois primeiros (convênios nacionais) foram a Drogaria Pacheco e a Chevrolet, mas devido à grande capilaridade da Anasps isso se tornou uma meta diária nossa e hoje temos mais 80 empresas que atendem nacionalmente", afirma o Diretor Administrativo do Clube Anasps, Fernando Lisboa.

Desde então o crescimento do clube tem sido imparável, atualmente contamos com 2.970 empresas, entre nacionais e regionais e, o nosso propósito é ter serviços que possibilitem uma redução de gastos do associado, trazendo parcerias em áreas essenciais como educação, vestuário, idiomas, utensílios domésticos e saúde.

Atualmente já somos procurados pelas empresas que desejam fazer parte do nosso rol, mas com o foco em continuar expandindo e atendendo a necessidade dos associados, contamos com as indicações de cada um, para que a sua empresa favorita possa estar conosco, oferecendo descontos exclusivos. "Por isso é muito importante a indicação por parte dos nossos associados. Não temos como prometer fechar todas as indicações, mas entraremos em contato com todas elas, afinal o Clube e do Associado é para o associado" reitera o Diretor.

Envidaremos esforços para ter pelo menos três convênios onde tiver um associado Anasps, alcançando assim todos os municípios. O Clube cresce para que você possa crescer pagando pouco e economizando muito.

Então se você não conhece nosso clube de descontos, esse é o momento, acesse nosso site www.clubeanasps.com.br e venha desfrutar de preços exclusivos.

Saiba o que acontece no Congresso

Confira as últimas proposições apresentadas pelo Congresso Nacional

Deputado protocola PL que institui Política Nacional de Acessibilidade Educacional

O Projeto de Lei 2861/2022 de autoria do deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP), prevê a educação à distância no âmbito da educação escolar, com o EaD sendo utilizado como "complementação da aprendizagem, em situações emergenciais ou para estudantes com deficiência, sempre que, mediante avaliação psicossocial, mostrar-se a modalidade mais adequada ao desenvolvimento do estudante ou como etapa preparatória a sua integração ao ensino presencial".

Já a Política Nacional de Acessibilidade Educacional será voltada para pessoas com deficiência, "a ser executada em articulação com outros programas e políticas destinados à inovação, acessibilidade e tecnologia na educação". O Projeto de Lei foi protocolado a pedido da Anasps.

Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023

Em linhas gerais o relatório traz as estimativas da receita primária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 (PLOA), que estão fundamentadas em hipóteses de comportamento das variáveis macroeconômicas e outros indicadores, e não propõe inovações ao texto submetido pelo Poder Executivo por meio do PLN 32/2022.

Conforme o parecer, também serão mantidos inalterados nas projeções os efeitos de medidas tributárias que se encontravam em discussão no Ministério da Economia quando do envio da proposta orçamentária. Alguns dos incentivos já foram formalizados e outros ainda podem ser encaminhados.

PL prevê proposta que reserva às pessoas idosas parte da oferta de programas habitacionais

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que reserva à pessoa idosa parte das unidades residenciais ofertadas em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

O documento aprovado muda o Estatuto da Pessoa Idosa para determinar a reserva de pelo menos 3% das casas ou apartamentos para atendimento às pessoas idosas. Em situações de iniciativas financiadas integralmente com dinheiro público, as pessoas idosas terão preferência em até 5% das moradias.

Projeto de lei prevê proibição por parte de planos de saúde em negar acesso a remédios após decisão judicial

O Projeto de Lei 1660/22, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) em tramitação na Câmara dos Deputados, proíbe planos de saúde privados em negar o fornecimento de remédios cujo o direito fora adquirido através de decisão judicial e que não estejam previstos na lista da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As informações são da Agência Câmara de Notícias.

O objetivo da proposta, segundo o autor, é impedir que os planos de saúde interrompam o tratamento após decisão de junho deste ano do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que restringiu a cobertura obrigatória dos planos de saúde à lista elaborada pela ANS, o que trouxe a prerrogativa de que as operadoras de planos são obrigadas somente a oferecerem os tratamentos previstos.

Boas Notícias

O senador Nelsinho Trad (PSD/MS) elaborou o Projeto de Lei 2332/2022 que altera a Lei nº 8.112/1990 para permitir que o servidor público possa ser microempreendedor individual (MEI), com exceção quando ocupar cargo em comissão ou função de confiança, e observada a legislação sobre conflito de interesses.

O parlamentar considera que se respeitada a compatibilidade de horários e não interferir nas atividades do cargo público, a atuação como MEI não se distingue das atividades remuneradas do servidor.

Já o ordenamento jurídico reconhece hipóteses em que o servidor público pode exercer mais de uma atividade remunerada, entretanto, a regra atual impossibilita o servidor público usufruir a condição de microempreendedor individual (MEI).

Rádio Anasps

Em novembro de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou uma medida provisória que aumenta para 45% o valor máximo do crédito consignado permitido para servidores públicos. O documento originalmente mandado pelo Palácio do Planalto aumentava o percentual de 35% para 40%.

Entretanto, os deputados decidiram aumentar ainda mais a porcentagem. Desta forma, serão reservados: 5% para pagamento de despesas feitas com cartão de crédito ou para saque por meio do cartão de crédito; e 5% para o pagamento de despesas feitas com cartão consignado de benefício ou para saque por meio de cartão consignado de benefício.

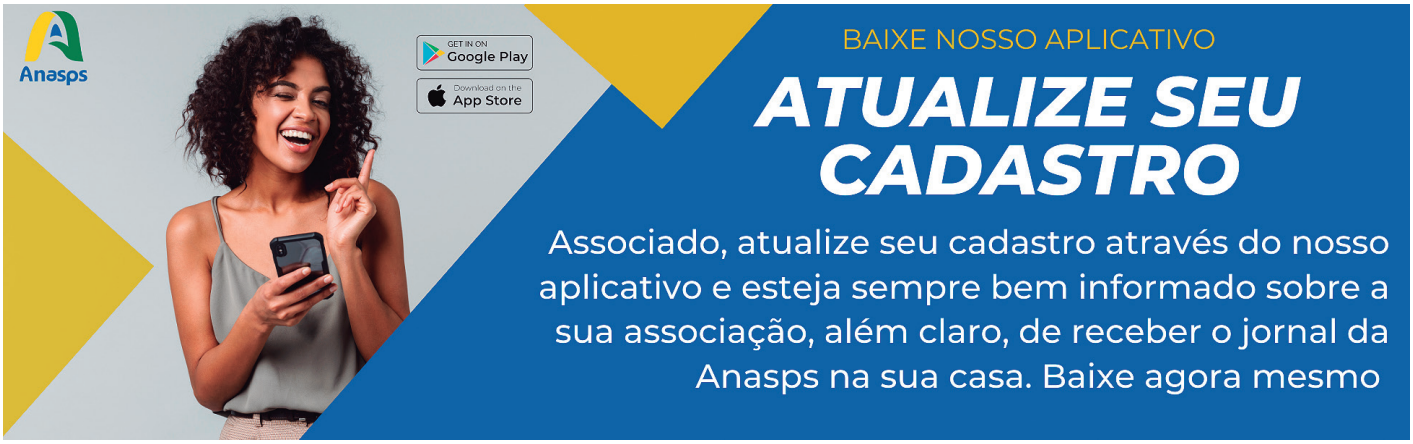
A MP ainda traz que novas dívidas nessa modalidade não podem ser realizadas se a soma das consignações e dos descontos (incluindo, os obrigatórios) chegue a 70% da remuneração do servidor.

A determinação vale para militares da ativa ou em inatividade remunerada; servidores públicos federais inativos; empregados públicos federais da administração direta, autárquica e fundacional; e pensionistas de servidores e de militares.

A TV Anasps entrevistou exclusivamente o respeitado sociólogo italiano Domenico De Masi, que conceituou o Ócio Criativo, que trata do repouso bem-aproveitado como parte fundamental da produtividade e até mesmo para a evolução da sociedade.

Dessa maneira, o especialista explicou como o Ócio Criativo pode ser aplicado dentro da proposta do livro PAIDEIA, elaborado pela Faculdade Anasps.

Confira a entrevista na íntegra acessando a TV Anasps em nosso site.



DEZEMBRO LARANJA

MÊS DO COMBATE AO CÂNCER DE PELE

Evite exposição solar entre 10h e 16h

Use filtro solar e repasse a cada 3 horas

Use roupas leves que protejam a pele

Mantenha-se hidratado(a)

Fique atento(a) aos sintomas e fatores de risco.

A ANASPS APOIA ESSA CAMPANHA!